



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:
AVANÇOS E ENTRAVES DAS CLASSES DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE**

Khézia Pereira do Nascimento Bertolim

Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva
Professora monitora-orientadora Mestre Marilene Pinheiro

Brasília (DF), Maio de 2013.

Khézia Pereira do Nascimento Bertolim

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:
AVANÇOS E ENTRAVES DAS CLASSES DE DISTORÇÃO
IDADE/SÉRIE**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva e da Professora monitora orientadora Mestre Marilene Pinheiro.

TERMO DE APROVAÇÃO

Khézia Pereira do Nascimento Bertolim

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:
AVANÇOS E ENTRAVES DAS CLASSES DE DISTORÇÃO
IDADE/SÉRIE**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dra Edileuza Fernandes da Silva

(Professora-orientadora)

Professora Mestre Maria Susley Pereira – EAPE/SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 18 de Maio de 2013.

DEDICATÓRIA

DEUS que na sua infinita bondade me deu o dom da vida!

Joseylton, marido de grande paciência, humor inabalável e participação ativa em todos os momentos desta pesquisa e metade da minha vida.

Cacilda, cunhada, que inúmeras vezes fez a revisão deste trabalho!

Sobrinhos, que indiretamente me incentivaram a persistir em mais este sonho.

Demais familiares que em todos os momentos se fizeram presentes!

CAIC Prof^o Walter José de Moura, onde trabalho com alegria e que me acolheu para a realização desta pesquisa.

A Professora Marilene Pinheiro que proporcionou o meu crescimento pessoal e intelectual revisando incansavelmente esta pesquisa do início até a sua conclusão.

AGRADECIMENTOS

A todos os alunos que passaram por minha vida. Aos que hoje partilho meus conhecimentos, aprendo a cada momento e reavalio meus atos. E a todos aqueles que ainda virão..., pois esta é a minha meta: aprender ensinando e ensinar aprendendo!

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

Paulo Freire

RESUMO

Ano após ano, alunos são incluídos em diversos programas educacionais. Com o tempo foi possível observar a implantação de várias políticas educacionais que visam à diminuição do analfabetismo, retenção de alunos nas séries iniciais, evasão escolar e índice de reprovação. A avaliação institucional possibilita a todos os envolvidos com a educação uma oportunidade de reflexão e reavaliação de suas ações dentro e fora da sala de aula. Desenvolve o senso crítico, gera interesse e expectativas no corpo docente e discente da instituição de ensino que participam desta atividade avaliativa. Este trabalho relata as experiências de professores, gestores, coordenadores sobre a formação e o trabalho com as turmas de Distorção Idade/Série de uma instituição escolar pública, localizada em Taguatinga. O Objetivo geral deste trabalho é: analisar como a avaliação institucional pode contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem das classes de distorção idade e série. Autores como Torres, Souza, Arroyo, Villas Boas, Freitas, Veiga, Sákia, Lewgoy e Silveira, embasaram este trabalho e com suas publicações tornaram possível o desenvolvimento das ideias, a confirmação de fatos e a conclusão dele. O programa de Distorção Idade Série oportuniza aos alunos com histórico de retenção ou fora de faixa etária uma possibilidade de recuperação da sua autoestima e de seu desenvolvimento cognitivo. O Programa de Distorção Idade/Série trouxe aos alunos matriculados na escola pesquisada a oportunidade de vencerem suas dificuldades e superarem obstáculos na aprendizagem através de ações eficientes desenvolvidas ao longo de todo o ano. A união entre família, alunos e escola proporcionou um crescimento global dos aprendizes. Respeitando as individualidades dos alunos, buscando um envolvimento efetivo de todos da escola e reavaliando as ações do cotidiano escolar foi possível acompanhar a eficiência do projeto e o sucesso de todos os alunos.

Palavras-chave: Distorção idade série; avaliação institucional; reavaliação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
Objetivo geral.....	10
Objetivos específicos.....	10
1- APRENDIZAGEM DEMOCRÁTICA.....	10
1.1. Fracasso Escolar.....	11
1.2. Avaliação Institucional.....	18
1.3. Estratégias Pedagógicas para Correção da Distorção Idade e Série.....	21
1.4. Ações Eficientes para as turmas de Distorção Idade e Série.....	24
2- METODOLOGIA E PESQUISA.....	28
2.1- Análise dos Dados.....	31
2.2- Considerações Finais.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
APÊNDICE.....	46
APÊNDICE.....	48

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a educação pública foi envolvida com algumas políticas educacionais para a diminuição do índice de analfabetismo, retenção de alunos nas séries iniciais, evasão escolar e índice de reprovação. Nos últimos anos algumas estratégias de avaliação institucionais levantaram em mim uma inquietação: até onde essas avaliações contribuem para a melhoria do ensino público para os alunos com dificuldades de aprendizagem? Nos estudos sobre avaliação em âmbito escolar, busca-se incessantemente a participação de todos os agentes presentes na comunidade escolar. Avaliação institucional é um destes mecanismos que busca a interação, coletividade e comprometimento de todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com a educação pública. A afirmação de Sousa (1999 p.3) indica que:

“avalia-se para afirmar valores, ou seja, avalia-se para subsidiar, induzir, provocar mudanças em uma determinada direção, evidenciando-se que não há neutralidade nos caminhos, nos procedimentos e nos instrumentos”.

Durante todo processo educativo ocorre à ação avaliativa, visando às transformações, os avanços, as dificuldades e os objetivos a serem alcançados ao longo do processo tanto para o corpo docente como para o discente.

Em primeiro plano será abordado à questão que fala sobre o fracasso escolar e suas mazelas para a autoafirmação de alunos e professores.

Apresentação do programa que rege a formação das turmas de Distorção Idade e Série e as ações propostas pelo programa para que o mesmo obtenha sucesso com os alunos matriculados nestas turmas.

A avaliação institucional será abordada em uma visão que almeja a construção de uma escola reflexiva; considerando que a vivência no coletivo se dá ao reconhecer a edificação do conhecimento, do que é construído ou transmitido. Freitas (2006), em uma entrevista, afirma que:

A avaliação institucional é um processo coletivo que mobiliza a escola toda para os problemas pautados pelas avaliações e reconhecidos pelo coletivo, com vistas a sua superação. (...) um papel importante ao ser uma articuladora entre problemas, ações e compromissos locais da escola e seu vínculo com as demandas do poder público para alicerçar tais ações e compromissos. (FREITAS, 2006 p.16).

A avaliação institucional aqui apresentada estará voltada principalmente para as turmas de Distorção Idade e Série por ser o foco desta pesquisa. Apresentaremos também as suas Estratégias pedagógicas e as ações que acreditasse serem eficientes e que norteiam sua prática nas escolas do Distrito Federal.

Desta maneira, o presente trabalho busca explorar o tema da avaliação institucional e a influência desta nas turmas de Distorção Idade e Série.

Assim, os objetivos foram delimitados:

Objetivo geral:

_ Analisar como a avaliação institucional pode contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem das classes de Distorção Idade e Série.

Objetivos específicos:

_ Analisar os resultados da avaliação institucional.

_ Conhecer as estratégias de formação das classes de DIS bem como as orientações para o desenvolvimento anual destes alunos e professores;

_ Acompanhar a evolução dos alunos das classes de DIS bem como a influência das avaliações institucionais para a qualidade e eficiência deste ensino.

O Programa de Distorção Idade e Série oportuniza aos alunos com históricos de reprovação ou fora de faixa etária uma possibilidade de recuperação da sua autoestima e de seu desenvolvimento cognitivo. Envolvendo aprendizes e aprendentes em um movimento de doação e perspectivas de um futuro mais justo e eficiente, onde se respeita as individualidades e as potencialidades de cada indivíduo, buscando uma avaliação justa, eficiente e global.

1-APRENDIZAGEM DEMOCRÁTICA

A aprendizagem dos alunos é papel do professor como gestor pedagógico do pensar. A escola é uma instituição reconhecida pela sociedade como

encarregada de formar pessoas, profissionais e cidadãos, por meio do processo da educação, que deve envolver três dimensões da vida do ser humano: a que forma a consciência, a que forma o profissional e a que forma o conhecimento político-social. Todas elas formadoras do cidadão.

Por aprendizagem democrática entende-se:

A dimensão social ligada á formação do cidadão tendo em vista sua contribuição para a sociedade tendo em vista sua contribuição para a sociedade. Refere-se tanto a conhecimentos e técnicas, quanto a comportamentos, valores, atitudes, enfim, tudo o que configura a cultura humana, passível de ser apropriada por meio da educação. Construção de uma ordem social para a realização da liberdade enquanto construção social entre grupos e pessoas, a partir de valores construídos historicamente. (Paro, 2007, p. 15).

As mudanças sociais são dinâmicas e rápidas. Muitas vezes os responsáveis pela escola não as observam com a devida atenção. Não refletem sobre elas e permanecem na rotina do cotidiano, procedendo de forma habitual com relação aos conteúdos do ensino, que se tornam, então, completamente desligados da realidade. É urgente que o enfoque do processo ensino-aprendizagem passe a ser centralizado no aluno e não no professor, que o aprender seja mais importante do que o ensinar.

Nós como cidadãos envolvidos diretamente com a educação devemos refletir sobre a relação entre as políticas educacionais e a gestão pedagógica. Os profissionais da educação devem reinventar o pedagógico, pensar sobre a escola como um espaço político que contribuirá para uma educação de qualidade e a adequação das normas vigentes dentro da escola e para a comunidade especificamente.

1.1-Fracasso Escolar

Quando se fala em escola, faz-se referência ao que ocorre de mais importante, que é o processo de ensino-aprendizagem. Esse é um processo em que duas ações, ensino e aprendizagem, se completam. Não haverá ensino se o aprendente não aprende. A aprendizagem até ocorre sem o ensino. Entretanto, se precisa que aquela aprendizagem ocorra para ser um ensino verdadeiro. O aprendiz deve usar esta aprendizagem no seu cotidiano para que ela se torne efetiva e significativa.

A aprendizagem só é significativa quando faz diferença para o aprendiz quando passa a fazer parte da rotina deste. É preciso aplicar no dia a dia nas ações do cotidiano aquilo que se aprende na escola. O aluno deve ser transformado com aquilo que se aprende. Mudar atitudes, transformar e modificar suas ações e conceitos. Aprender apenas para responder questões de uma prova cairá no esquecimento, pois não haverá significado para o aluno. A aprendizagem efetiva e eficaz é colocada em prática em questões do dia a dia, nas resoluções de problemas corriqueiros e diários. Refletindo suas ações e buscando a mudança de hábitos e atitudes.

Não se pode esquecer-se de todos os alunos que se encontram “jogados” no mundo, os casos perdidos da escola, aqueles alunos que passam anos fracassando sem que se perceba que todo o sistema fracassa com ele. Quando a escola deixa de seduzi-los e os entrega para o mundo cruel e perverso que os cerca fracassa também.

Em se tratando da participação do aluno no processo avaliativo Villas Boas (2009, p.40) comenta que:

A avaliação da qualidade do trabalho ou do desempenho do aluno requer que o professor possua concepção de qualidade apropriada à tarefa e seja capaz de julgar de acordo com essa concepção. O aluno, por sua vez, precisa ter concepção de qualidade similar à do professor, ser capaz de monitorar continuamente a qualidade do que está sendo produzido durante o próprio ato de produção e ter repertório de encaminhamento ou estratégias aos quais possa recorrer. Isso significa que ele tem que ser capaz de julgar a qualidade da sua produção e de regular o que está fazendo enquanto o faz.

Esses mesmos alunos que são esquecidos ou rotulados como fracassados, desmotivados ou incapazes para a vida acadêmica, muitas vezes, são heróis na arte da sobrevivência, dão *show* no espetáculo da vida e veem seu talento revelado nas ruas, começando muito cedo a trocar o seu interesse por livros e cadernos pelas tarefas remuneradas. Trocam os sonhos de criança pelo desafio adulto de ganhar algum dinheiro. Não têm estímulos para vencer os desafios da vida escolar, mas encaram a competitividade de ganhar o próprio sustento ou até o da família.

Não se combate a violência e a segregação social de maneira eficaz e eficiente, pois toda a sociedade é violenta e cruel no seu dia a dia quando vira as costas para as reais necessidades dos alunos com dificuldades, sejam elas quais forem.

Enfrentar os preconceitos dentro e fora da escola é dever do profissional em educação. Não se respeita o diferente. Ainda se sonha com classes homogêneas, onde todos aprendem da mesma forma, no mesmo tempo, com os mesmos recursos e progredem juntos.

O ideal seria que todos os envolvidos com a educação entendessem melhor o que é respeito e responsabilidade com uma educação de qualidade. Sem a preocupação em delimitar as responsabilidades pelo sucesso ou fracasso escolar. A escola não pode sanar os problemas familiares que muitas vezes influenciam no convívio social e dificultam as relações interpessoais dentro e fora da escola e nem a família tem o poder de ministrar os conteúdos escolares. No entanto escola e família devem unir forças para que juntas possam formar o educando e suas relações em busca de uma sociedade mais digna, justa, igualitária e eficiente para todos.

O despreparo do profissional em educação para receber críticas, para avaliar e reavaliar sua prática, muitas vezes os coloca na defensiva. Ficam tão preocupados em apontar culpados pela decadência do ensino público, que nem percebem a própria parcela de “culpa”, não percebem onde e como erraram.

Sabem que está em suas mãos a capacidade de mudança, mas se furtam dessa capacidade por entender que ela é uma responsabilidade muito grande e nem sempre se sentem aptos para isso. Ou então se escondem nas velhas mazelas de que individualmente nada podem fazer, que não podem assumir tudo sozinhos, que a culpa maior é da família, da sociedade, dos governantes, etc. Villas Boas (2010, p.29) considera que:

“A aprendizagem e a avaliação andam de mãos dadas – a avaliação sempre ajudando a aprendizagem.”

Dedicação, estudo e mudança exigem de todos os hábitos e atitudes que ainda não estão bem elaborados, mas que são necessários. Os profissionais de educação muitas vezes não costumam observar, ouvir, avaliar, entender, se colocar no lugar do outro, respeitar as diferenças e acima de tudo, não estabelecem em seu íntimo o querer mudar e o querer fazer parte dessa mudança.

Percebe-se a necessidade de uma profunda pesquisa com questionamentos sobre esses alunos com dificuldades de aprendizagem, uma investigação para se obter um novo conhecimento para se atingir os alunos que hoje são excluídos com naturalidade. Procurar soluções para os problemas existentes dentro do processo ensino-aprendizagem, tais como repetência e evasão escolar, mesmo aqueles

problemas que parecem nítidos ou fáceis de serem sanados, pois eles já existem há anos e continuam assombrando a todos. É necessário buscar respostas para esses questionamentos de forma sistemática, crítica e criativa organizando um projeto flexível desde a identificação até a problematização. Além da busca incessante da sua resolução.

Segundo dados do Censo Escolar de 2010; a repetência é estudada desde o início do século XX nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento, estudos datam dos anos de 1960 e de 1970. As estatísticas de 1990 registram 35,6 milhões de repetentes no ensino fundamental em todo o mundo. A repetência escolar acontece em maior número nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento o que não isenta os países industrializados que apontam um índice de 3 a 4%%. (MEC, 2011) .

Convém mencionar que alguns países ainda não se deram conta da problemática da repetência escolar, enquanto outros - principalmente países da América latina - já iniciaram a elaboração de diagnósticos e de projetos de políticas para combater a repetência. Mas ainda é comum omitirem os dados sobre repetência escolar. Quando se trata da universalização do ensino fundamental a preocupação é somente com os dados referentes à matrícula, não se preocupando se as crianças matriculadas permanecem na escola ou se concluem o ensino fundamental na época esperada.

O Censo Escolar de 2010 também mostra que na América Latina o número de matrículas está proporcionalmente relacionado com o número de repetência escolar e com o baixo índice de diplomação no ensino fundamental. Há ainda um erro conceitual quando se trata da repetência escolar. Não se faz distinção entre repetência e evasão escolar, considerando-se repetentes alunos que voltam à mesma série no ano seguinte. Esse conceito tem como referência o sistema de graduação convencional, portanto nos sistemas diferenciados ou com regulamentações diferentes esse conceito é difícil de ser aplicado.

De qualquer forma, a magnitude crescente e cada vez mais evidente da repetência indica a necessidade de uma maior atenção ao problema, bem como ao registro, à documentação e a análise em torno dele.

Particularmente, é preciso questionar acerca das percepções que os distintos agentes vinculados à questão educacional na escola (professores, supervisores, diretores, família e comunidade) possuem da repetência. Por

outro lado, as lições e as experiências que deram bons resultados, de preferência as excepcionais, nos países que conseguiram manter baixos índices de repetência, ou reduzi-los consideravelmente, precisam ser exploradas. (Torres: 2004, p. 37).

Para que haja um plano de políticas e de reforma educacional, é necessária uma revisão minuciosa de como se procede à coleta de dados sobre a repetência. Existe uma divergência na forma de entender a repetência. Enquanto para estudiosos e especialistas é muito claro que ela representa uma deficiência do sistema escolar, para a sociedade em geral (professores, alunos, pais) a repetência é aceita como algo natural e inerente à vida escolar.

O sistema escolar criou a repetência como mecanismo para lidar com os diversos contextos inter e extraescolares que inibem a aprendizagem no meio escolar. É comum que os agentes escolares atribuam a não aprendizagem e, conseqüentemente a repetência, como um problema externo à escola, dessa forma a responsabilidade é da família, do aluno que não tem interesse. Os pais, por sua vez, aceitam essa afirmação, de forma que o processo continua excluindo os alunos da escola e esta não se permite verificar a questão a fim de transformar suas práticas educativas para cumprir o seu papel social. Em alguns casos entende-se a repetência como superioridade da escola e qualificação do professor, pois se entende que o ensino de tal profissional e de tal instituição está além do entendimento do aluno e que, provavelmente, a repetência significa mais uma chance para que o aluno consiga aprender o conteúdo num outro momento.

Percebe-se então que a repetência é vista de diversos ângulos com opiniões específicas variando de uma comunidade para outra, de sua classe social, bem como de seus diferentes agentes (professores, diretores, pais). Então para resolver a questão da repetência torna-se necessário observar não só os dados estatísticos, mas as formas subjetivas como ela é enxergada.

A repetência acontece com maior frequência nas primeiras séries do ensino fundamental devido a problemas da alfabetização infantil, possivelmente no ensino da leitura e da escrita, sendo o seu domínio o critério mais utilizado para a repetência. O início da atividade escolar é muito importante, pois é nessa fase que ocorre a construção de aprendizagens que condicionarão positiva ou negativamente as futuras aprendizagens, inclusive a autoestima e a autoconfiança.

A dificuldade para a alfabetização está mais agravada nos países em desenvolvimento devido às salas muito populosas, a falta de experiência do

professor e a ausência de material didático. A repetência precisa ser revista, pois ela reforça as necessidades desfavoráveis dos alunos pobres quanto ao ingresso na escola.

A escola é, pois o local de trabalho do professor e do aluno é o espaço onde se organizam e desenvolvem as atividades de aprendizagem e que possibilita a criação, pelo aluno, do sentimento de pertencer ao grupo e de ser proprietário daquilo que constrói. (VILLAS BOAS E SOARES, Módulo I, p. 25).

Estudos realizados nos países em desenvolvimento e nos países industrializados contradizem a hipótese de que a repetência assegura a aprendizagem. Ao contrário, junto com a pobreza, ela é um mecanismo que favorece a evasão escolar. A repetência reforça as baixas expectativas, o baixo rendimento, a baixa autoestima e o fracasso escolar. Fica fácil compreender que a repetência provoca uma desilusão quanto ao futuro.

Financeiramente a repetência também proporciona um desperdício de recursos, já que serão gastos mais recursos com um mesmo aluno na mesma série. Esses recursos poderiam ser utilizados para sanar as deficiências quantitativas e qualificativas que convergem na falta de acesso, no mau ensino e na evasão.

Embora a questão da repetência seja similar em todo o mundo, ela deve ser tratada de forma singular, pois existem visões e conceitos subjetivos em cada região que devem ser considerados.

As soluções, que vêm sendo dadas à questão da repetência, são no sentido de diminuir o seu efeito e têm como principal foco o aluno. Nesse sentido está sendo oferecida uma educação compensatória, com o aumento das horas do aluno na escola, programas de desenvolvimento infantil para preparar as crianças para a iniciação às primeiras séries, reforço escolar e assim por diante.

Essas soluções abordam a repetência como responsabilidade do aluno, e não de um sistema, pois oferece aos alunos os mesmos objetivos de aprendizagem, o mesmo currículo e os mesmos métodos de aprovação.

Alguns países adotaram a progressão continuada como mecanismo para acabar com a repetência. Em alguns casos esse mecanismo foi aplicado nas duas ou três primeiras séries do ensino fundamental ou em determinados ciclos, sendo que tal procedimento oferece maior tempo para que os alunos se apropriem do conhecimento e evita uma rotulação precoce da incapacidade do aluno.

A crítica a esse procedimento está no fato de não se criar medidas complementares para auxiliar os alunos com dificuldade de aprendizagem. Contudo, muitos pais são contra essa medida porque a falta de trabalho diferenciado com tais alunos proporciona que estes avancem para séries seguintes sem ao menos adquirir os conhecimentos básicos esperados para a fase que estão fazendo. Essa constatação fez com que vários países interrompessem a promoção automática. Esse tipo de promoção serviu para verificação de que diminuir a repetência não significa necessariamente melhorar a qualidade de ensino, porém ela serviu para chamar a atenção para mudança de atitude em relação à repetência.

É urgente que não se veja a eliminação da repetência como único recurso para diminuir a distorção idade/série. É necessário que o professor, enquanto ensina a sua matéria, procure dar atenção a todos os alunos e a cada um individualmente, preocupando-se com as dificuldades que eles enfrentam fora da escola e que prejudicam a sua aprendizagem, promova a troca de ideias e a livre manifestação de todos, respeite a vontade e a capacidade de cada um em relação às atividades escolares, etc. O que acontece neste caso? Por suas atitudes o professor leva os alunos a aprenderem a respeitar e valorizar os outros e a serem solidários entre si. O respeito, a valorização e a solidariedade formam então, o "currículo oculto", também tão importante na vida de cada um.

Nas palavras de Veiga:

O currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Nesse sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar. (2007, p. 26-27)

Chama-se currículo oculto todos os conceitos e sentimentos que alunos e professores trazem para dentro da escola reforçando as regras que cercam o cotidiano e a natureza de cada um e o seu uso durante os conflitos. Cabe a escola estabelecer as regras sobre a conduta de todos que estão envolvidos diretamente com a educação. Dessa forma, o currículo pedagógico pode e deve ser construído com base nos interesses dos alunos e da comunidade escolar. Mas isso só será possível por meio do diálogo, da problematização, da avaliação e reavaliação das ações pedagógicas e da provocação da consciência crítica de todos os envolvidos, tanto nas propostas escolares quanto nas práticas em sala de aula. .

1.2- Avaliações Institucionais

Todos aqueles que estão envolvidos com educação devem estar constantemente avaliando suas ações. Só assim se conseguirá verdadeiramente fazer diferença na vida de crianças e jovens que a cada novo ano são matriculados nas escolas públicas de todo o país.

Quem decidirá se o aluno será aprovado ou não é o professor e os critérios para tal decisão são os mais variados: avaliações individuais e de grupo, exercícios avaliativos e trabalhos são quase sempre utilizadas como detentoras de toda a verdade sobre o que os alunos sabem ou não. Normalmente as avaliações internas são de baixas qualificações ou qualificações insuficientes para avaliar as competências e habilidades dos aprendizes.

A avaliação é considerada um processo sistemático na promoção do autoconhecimento, bem como na busca de subsídios para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade das ações institucionais. A avaliação institucional é um instrumento que contém o processo de acompanhamento contínuo das atividades e da implantação de mudanças necessárias à retomada da missão proposta pela instituição.

Assim, a participação de todos (professores, alunos e funcionários) é muito importante, pois esse é o momento de refletir, avaliar, criticar e propor mudanças visando sempre à melhoria e a qualidade do trabalho a ser desenvolvido na instituição. No entanto, acredita-se que, quando a instituição se conhece e reflete sobre ela própria, ela toma o seu destino nas próprias mãos e não deixa que a rotina, as pressões externas ou as políticas governamentais determinem as suas prioridades e o seu cotidiano.

Oportunizar ao corpo docente e discente o ato de avaliar tudo que foi sucesso, reavaliar aquilo que não se conseguiu desenvolver e repensar algumas práticas desenvolve um plano de ação elaborado com base nas ideias e sugestões que todos os segmentos fazem durante suas práticas pedagógicas.

Neste momento pode-se aproveitar para apresentar todos os projetos que possam trazer crescimentos positivos para o desenvolvimento de qualidade de ensino além de enriquecer o novo trabalho.

Segundo a professora Souza (1999): para que o processo de avaliação escolar tenha o potencial de contribuir com o aperfeiçoamento das ações em desenvolvimento, ele deve se revestir de características, tais como:

- 1º- ser democrático;
- 2º- ser abrangente;
- 3º- ser participativo;
- 4º- ser contínuo.

Neste sentido faz-se necessário avaliar, durante as reuniões da coordenação coletiva, das reuniões de pais, nos conselhos de classe e nas reuniões do conselho escolar.

Ao longo de todo o ano letivo, devem-se fazer estudos no horário de coordenação coletiva para, toda a equipe docente possa encontrar soluções para problemas como: indisciplina, infrequência, baixo rendimento, a não participação de familiares, bem como oportunizar a toda comunidade escolar a apresentação e a apreciação dos trabalhos desenvolvidos pela escola e o conhecimento de projetos que são desenvolvidos individualmente ou em um grupo específico; oficinas de pais para avaliação do trabalho desenvolvido pela escola e coleta de sugestões. Além dos conselhos de classe com a participação de professores, equipe gestora, coordenadores e equipe de apoio. Neste momento são feitos os encaminhamentos e as estatísticas do desenvolvimento das turmas.

A avaliação institucional é uma ferramenta de grande importância na escola, já que o seu resultado proporciona uma visão global do trabalho pedagógico. Segundo Zákia (1999, p.23), em seu artigo:

(...) resgatar o sentido constitutivo da avaliação, ou seja, tomá-la como um processo que deve estar a serviço da orientação da aprendizagem e estímulo aos alunos para o avanço do conhecimento, cumprindo uma função eminentemente formativa.

Avaliar constantemente e resignificar a prática dentro da escola não é um trabalho fácil, mas é gratificante. Percebe-se o amadurecimento de grupo docente, da comunidade escolar e o gradativo sucesso dos alunos.

À medida que todos forem envolvidos na reflexão sobre a escola, sobre a comunidade da qual se originam seus alunos, sobre as necessidades dessa comunidade, sobre os objetivos a serem alcançados por meio da ação educacional, a escola passa a ser sentida como ela realmente: de todos e para todos. (MEC, 2004, p.44)

Ou seja, todos devem ter o seu espaço de participação na avaliação escolar.

De acordo com a professora Zákia:

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implantadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição (SOUSA, 1995, p. 63).

Segundo Veiga (2007, p.13)

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

A escola pesquisada apresenta no seu Projeto Político Pedagógico algumas ações avaliativas a serem desenvolvidas pela escola ao longo de todo o ano letivo.

São elas:

Avaliação Institucional constante no calendário anual da SEDF, Conselho de Classe e reuniões bimestrais para os conselhos de classe.

Segundo a professora Souza (1998, p. 27):

Não é necessário reproduzir a escola do passado, precisa-se repensar na clientela que é atendida e o professor tem que estar alinhado ao Projeto Político Pedagógico da escola, a participação de todos os segmentos da escola na educação dos alunos e o envolvimento da família. Pois o aluno está em constante mudança de comportamento e perfil.

Precisa-se resgatar o aluno para que ele possa evoluir. As decisões coletivas têm que ser bem trabalhadas e abraçadas por todos. A família deve ser convidada a entrar de fato na escola. Precisa-se adequar ao Projeto Político Pedagógico vigente e avaliá-lo constantemente, estar sempre desenvolvendo técnicas que venham motivar os alunos.

Para Fernandes e Freitas (2007):

A avaliação é apresentada como uma das atividades do processo de ensino, necessariamente inserida no projeto pedagógico da escola, não podendo, portanto, ser considerada isoladamente.

1.3-Avaliação do Programa Distorção Idade/Série

“Distorção idade/série: vamos virar essa página”.

Cito a partir de agora algumas das normas que referendam a criação das turmas de Distorção Idade/Série nos anos iniciais, conforme as diretrizes lançadas pela Secretaria de Educação do Distrito Federal em 2011.

“A correção da distorção idade/série dos estudantes no Ensino Fundamental consiste num dos grandes desafios a ser enfrentado por esta Secretaria de Educação. Nesse sentido, a LDB 9.394/96 em seu Art. 24, inciso V, alínea b, respalda a adoção por parte dos sistemas de ensino de ações que oportunizem a aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar. Sendo os seguintes objetivos”:

1. Oportunizar aos estudantes regularmente matriculados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, que estão em defasagem idade-série, a conclusão do Ensino Fundamental.
2. Reduzir a defasagem idade/série dos estudantes matriculados no Ensino Fundamental em atividades pedagógicas. O estudante poderá ser promovido conforme deliberação de Conselho de Classe após cumprimento de uma carga horária de, no mínimo, 1.000 horas /ano para o Ensino Fundamental séries.
3. Incentivar o debate, a reflexão sobre as ações desenvolvidas pelos atores envolvidos na ação de correção da distorção, bem como do processo de avaliação dos estudantes. (SEDF, 20011, P.4).

Este programa visa construir uma identidade pedagógica para as turmas de distorção no Distrito Federal através de um processo de concepções e propostas que deverá ser ampliada com o auxílio dos projetos políticos pedagógicos de cada instituição educacional. As Estratégias Pedagógicas para a Correção da distorção idade/série”.

O objetivo é orientar a organização, execução e avaliação do trabalho pedagógico que está sendo desenvolvido com 69 turmas nos anos iniciais do ensino fundamental. O documento que ora apresentamos, foi resultado de pesquisa, discussão, planejamento com as Diretorias desta Subsecretaria, com as Diretorias Regionais de Ensino e com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação. (SEDF, 2011, p.5).

Ao chegarem à escola, estas Estratégias deverão ser discutidas por todos os profissionais envolvidos no trabalho com as turmas de correção da distorção idade/série, considerando as especificidades de cada turma e o projeto político-pedagógico das instituições. Estas Orientações, sozinhas, não apresentam fórmulas

prontas para resolução dos problemas ou limitam as iniciativas da escola. Ao contrário, sinalizam a possibilidade e a disposição de instituir o debate em toda a Rede Pública de Ensino em torno das questões peculiares da defasagem de aprendizagem dos estudantes que compõem estas turmas.

A perspectiva é de que o novo projeto político-pedagógico que estamos gestando, coletivamente, possa contribuir para transformar os processos de ensinar, aprender e avaliar de tal forma que não precisemos recorrer a ações de correção de distorção idade/série. (SEDF, 2011, p.5).

Lançando-se assim aos educadores e educadoras comprometidos com a inclusão dos estudantes que apresentam distorção de idade/série para que juntos possamos virar essa página. A base legal para esta ação segue:

As ações para a redução da distorção idade/série para os estudantes regularmente matriculados no Ensino Fundamental, no ano de 2011 na rede pública do Distrito Federal, devem estar pautadas na legislação vigente, a saber:

* Artigo 24, V, alínea b da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) que prevê, “possibilidade de aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar;”.

* Plano Nacional de Educação (PNE), p. 33.

* Regimento escolar das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal – 5ª. Edição, 2009 – Capítulo XIII, Art. 136 e 137.

* Diretrizes Pedagógicas SEDF – 2009/2013, pág. 80 a 86.

* Circular nº 26/2010 – COSINE, de 08 de dezembro de 2010.

* Currículo Educação Básica - SEDF (Versão experimental)

* Parecer nº 325/2008 – CEDF

* Estratégia de matrícula – Portaria nº 17, de 21 de fevereiro de 2011. (SEDF, 2011, p. 6).

Os alunos matriculados nas turmas de Distorção Idade/Série necessitam de um acompanhamento diferenciado nas suas aprendizagens, com a utilização de instrumentos diversos e diferenciados para avaliar cada um deles. Valorizando as individualidades e buscando instrumentos diversificados como: provas, pesquisa, observação, mapa conceitual, relatório, entrevista, portfólio, dramatização, projetos, fichas de acompanhamento, etc. Cada um desses instrumentos precisa ser criteriosamente escolhido a partir dos objetivos da ação pedagógica, devendo ser bem elaborados.

Para que se alcance o êxito na correção da distorção idade/série dos estudantes é preciso romper barreiras que, muito comumente, se apresentam e atrapalham o trabalho em favor desses sujeitos. É preciso superar preconceitos que conduzem à descrença na capacidade de aprender, levando-os ao desestímulo e à exclusão escolar. (CDIS, 2011, p. 7).

É necessário entender que é a retenção e/ou que acabam gerando a formação de turmas de correção da distorção idade/série e que isso não representa o fracasso dos estudantes, mas o fracasso da escola pública; que muitas vezes não está preparada para esta diversidade de alunos com necessidades específicas de aprendizagens. Cabe à escola, dar oportunidade de acesso a autonomia do aprendiz. Assumindo o compromisso de construir alternativas para fazer do processo educativo uma ação inclusiva em que todos tenham o direito de aprender. Compromisso que deve ser assumido por todos os envolvidos no processo educacional.

O professor precisa deixar de fragmentar tudo, como se a cabeça dos alunos fossem gaveteiros e cada gaveta “aceite o acúmulo de conhecimentos e saberes” e que eles devem ser usados em momentos específicos e previamente especificados. A formação do indivíduo é responsabilidade de todos que com ele convivem, uma vez que todos são elos que constroem a teia da vida. (CDIS, 2011, p.7).

Para se avaliar estes alunos é preciso sim, experimentar, tentar, criar estratégias e principalmente envolver toda a equipe, visando melhorar a qualidade da educação e tentar diminuir índices negativos, seja de desempenho, de evasão ou de repetência. O professor precisa repensar sua atuação buscando um refazer pedagógico e repensando na sua ação como agente transformador, com o objetivo de formar na escola, cidadãos dotados de uma visão de um mundo crítico.

A avaliação deve ser feita de forma a contribuir para formar o indivíduo respeitando suas diferenças e individualidades para que ele seja capaz de resolver os conflitos encontrados no dia-a-dia. (CDIS, 2011, p.5)

A escola tem como grande desafio promover a aprendizagem de todos os alunos com uma trajetória de sucesso. Essa trajetória só será possível se o aspecto pedagógico passar a fazer parte de uma gestão que priorize formas de pensar, sentir e atuar para garantir a permanência do aluno na sala.

Torna-se fundamental a constituição de um conceito de avaliação escolar que atenda às necessidades de escolarização das camadas populares, porque são elas que mais têm sofrido com o modelo de escola atual. E, se o movimento amplo da sociedade impõe um novo tipo de escola, impõe, também, a necessidade de um. (CDIS, 2011, p. 9).

1.4-Ações Eficientes para o Sucesso das CDIS

As estratégias pedagógicas para a Correção da Distorção Idade e Série de 2011 trazem algumas sugestões de ações que possibilitarão a intervenção e promoção das aprendizagens com estudantes que se encontram defasados na relação entre a idade e a série/ano de sua escolarização. Estas estratégias serão apresentadas a seguir de acordo com as normas contidas no documento que será apresentado em síntese a seguir:

Desenvolvimento de projetos como uma prática educacional que estimule à aprendizagem, a participação, a reflexão e a intervenção na realidade com vistas a transformá-la. Uma ação pedagógica que contribua para a prática pedagógica diferenciada nas turmas de correção da distorção idade/série, com foco nas aprendizagens significativas, contextualizadas e interdisciplinares.

O Projeto Interventivo é uma proposta que inova o sentido das aprendizagens, a partir das ações desenvolvidas. Estudantes e professores constroem conhecimentos baseados nas questões que emergem em seu contexto social e cultural. Por isso mesmo, oportuniza um ambiente pedagógico que dê conta de atender aos estudantes que apresentam necessidades específicas que surgem durante o seu processo de aprendizagem. Trata-se de uma ação com vistas a permitir que aquele estudante, que por qualquer motivo ainda não aprendeu, sinta-se provocado e estimulado a buscar respostas às suas dúvidas e necessidades. (SEDF, 2011, p,7)

O Projeto deve contemplar características de flexibilidade e temporalidade para favorecer as aprendizagens dos estudantes que apresentam distorção idade/série, e daqueles que durante todo o processo de aprendizagem apresente necessidade de retomar o caminho e significá-lo a partir da vivência de novas experiências.

O conhecimento prévio do nível de desenvolvimento dos estudantes deverá ser feito por meio de um diagnóstico inicial que identificará as principais necessidades de aprendizagem a partir da observação sistemática de todos os aspectos do desenvolvimento humano: afetivo, motor, social e cognitivo. As informações obtidas a partir desse diagnóstico deverão ser utilizadas para direcionar

as intervenções pedagógicas, tendo em vista os processos de desenvolvimento do estudante.

É necessário o olhar individualizado em relação ao estudante. Segundo Hoffman, 2005:

“[...] deixar de ver todos os estudantes de uma sala de aula para pousar o olhar, sereno e tranquilo, em cada um, porque o “todos é o maior fantasma da avaliação”.

O Projeto Interventivo será elaborado pelos professores que atuam nas turmas dos estudantes que participam da correção da distorção idade/série, em parceria com a equipe pedagógica – orientador pedagógico, coordenador pedagógico, direção e demais envolvidos no trabalho pedagógico.

O Projeto Interventivo tem como principais características: a) contextualização, interdisciplinaridade e autenticidade; b) o caráter temporário em sua implantação; c) a intencionalidade de atender às necessidades de aprendizagens dos estudantes; d) a flexibilidade no uso de diversas estratégias pedagógicas e tempos/espacos escolares: horário contrário das aulas, reforço escolar; e) sala de leitura, teatro, música, reagrupamentos, vivências, aulas passeios e outros; f) o envolvimento de outros profissionais e/ou estudantes nas intervenções, oportunizando a interação social, base da construção de conhecimento; g) a compreensão da avaliação formativa como forma de acompanhamento do processo de aprendizagem e também de redirecionamento das ações na busca do alcance dos objetivos propostos. (SEDF, 2011, p. 8).

Outra estratégia sugerida é o agrupamento interclasse: estratégia que pode contribuir para o atendimento às necessidades de aprendizagem dos estudantes das turmas de correção da distorção idade/série propiciando uma aprendizagem significativa com atividades diversificadas, contextualizadas e direcionadas ao desenvolvimento social, afetivo, cognitivo e motor.

O planejamento do reagrupamento será a partir do diagnóstico inicial conforme decisão coletiva dos professores. Após o diagnóstico os estudantes serão listados de acordo com as dificuldades apresentadas formando grupos. Esses grupos vão interagir no momento do reagrupamento. Em dias e horários específicos estes alunos serão atendidos conforme suas necessidades.

É necessário definir no planejamento a temporalidade do reagrupamento, ou seja, por quanto tempo acontecerá, quantas vezes por semana (uma, duas, ou três vezes) o tempo de duração diário. A cada quinze dias deverão acontecer na coordenação pedagógica coletiva o planejamento e a avaliação das atividades, envolvendo os professores das turmas de correção da distorção idade/série e demais professores que participam da estratégia de reagrupamento no intuito de refletir sobre as ações e principalmente sobre a motivação e o envolvimento dos estudantes nas atividades, a partir daí então refletir sobre as ações do próximo reagrupamento. (SEDF, 2011, p.11).

Outra estratégia que pode contribuir para elevar a autoestima do estudante das turmas de correção da distorção idade/série é a “vivência”, uma forma de convívio com estudantes de ano/série subsequente para o qual os estudantes estejam se preparando para ingressar.

Villas Boas (2009, p.48) afirma que:

A avaliação formativa usa todas as informações disponíveis sobre o aluno. A interação professor/ aluno é um processo muito rico, oferecendo oportunidade para que se obtenham vários dados. Cabe ao professor estar atento e saber identificá-los, anotá-los e usá-los em benefício do aluno e do trabalho pedagógico.

A avaliação deve ter uma visão ainda mais ampla para as turmas de distorção idade/ série incluindo cada aluno no processo de aprendizagem. Para isso, será preciso selecionar procedimentos que atendam a cada situação e a cada contexto pedagógico.

A avaliação deve acontecer a qualquer tempo no processo de aprendizagem e de ensino. No caso das turmas de correção da distorção idade/série, é preciso considerar que os estudantes, muitas vezes, trazem consigo uma história de fracasso. Esse fato aumenta as possibilidades dos estudantes compreenderem a avaliação de forma negativa e não como propulsora das aprendizagens. Por isso, entendemos que é necessária uma parceria dos sujeitos envolvidos no trabalho escolar para se refletir sobre o uso que se tem feito da avaliação a fim de construir alternativas para avaliar as aprendizagens desses estudantes no sentido de potencializá-las. (SEDF, 2011, p.20).

Segundo a professora Villas Boas (2009);

A diferença entre a avaliação informal e a formal é que a informal nem sempre é prevista e, conseqüentemente, os avaliados, no caso os alunos, não sabem que estão sendo avaliados. Por isso, deve ser conduzida com ética. Precisamos nos lembrar sempre de que, o aluno se expõe muito ao professor, ao manifestar suas capacidades, fragilidades e seus sentimentos. Cabe à avaliação ajudar o aluno a se desenvolver, a avançar, não devendo expô-lo a situações embaraçosas ou humilhantes.

A avaliação serve para encorajar e não para desencorajar o aluno. Por isso, rótulos e apelidos que o desvalorizem ou humilhem não são aceitáveis. Gestos e olhares encorajadores por parte do professor ou professora são bem-vindos. Afinal de contas, a interação do professor com os alunos é constante e muito natural. Uma piscadinha de olho de forma acolhedora e amiga, indicando que o aluno está no caminho adequado, lhe dá ânimo (VILLAS BOAS, 2004).

A avaliação deve ter como objetivo principal o desenvolvimento do senso crítico social, buscando a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis de escolaridade, além da redução da desigualdade social, dando a todos o direito ao acesso e permanência na escola.

O professor que atua em turmas de correção da distorção idade/série deve investir na sua formação continuada. E o programa fornecerá esta formação a todos os professores que se dispuserem a trabalhar com estas turmas ao longo de todo o ano letivo.

A compreensão sobre a importância da formação continuada favorece o direcionamento de ações que visam a garantir a constituição de espaços e tempos de discussão, estudo, reflexão, planejamento e análise de casos. As estratégias de formação continuada apresentadas neste Documento visam: a) a fundamentar teoricamente os docentes, com vistas à associação da teoria com a prática; b) à construção de relações interpessoais; c) a subsidiar os professores no trabalho pedagógico que desenvolvem nas turmas de correção da distorção idade/série; d) a aperfeiçoar as práticas pedagógicas num processo de reflexão sobre a ação; e) a compartilhar experiências exitosas. (SEDF, 2011, p. 14).

As Matrizes Curriculares da Correção de Fluxo dos Anos Iniciais será as mesmas que norteiam as do Ensino Fundamental (Diretrizes Pedagógicas, SEDF, 2009/2013).

Como estabelece o Artigo 26 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, 20 de dezembro de 1996: “Os currículos do ensino fundamental devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

2-METODOLOGIA E PESQUISA

A metodologia de pesquisa adotada para dar suporte ao estudo será de caráter qualitativo. descritivo/indutivo e transparente (MOROZ e GIANFALDONI, 2006, p. 60-65; NEVES, 1996, p.1-5). Assim como para Richardson & Wainwright (1999, p.9), o pesquisador é alguém que interpreta interpretações, visando à busca de uma descrição coerente. O procedimento de coleta de dados será por meio de entrevistas dirigidas (perguntas abertas e fechadas) que serão direcionadas a oito participantes (três coordenadores pedagógicos), um supervisor pedagógico, um diretor, um vice-diretor, e dois professores regentes das turmas de CDIS; haverá algumas perguntas genéricas, formuladas para todos os participantes, e algumas específicas, direcionadas ou para os coordenadores pedagógicos ou para os gestores.

O tempo disponível para coleta e análise dos dados/depoimentos foi de três meses (de fevereiro a abril de 2013).

A pesquisa foi realizada em uma Escola Pública de Ensino Fundamental na qual a pesquisadora exerce a função de coordenadora pedagógica desde 2010, situada na região administrativa de Taguatinga, DF.

Com relação ao procedimento ético da pesquisa, um termo de consentimento livre e esclarecido foi distribuído para todos os participantes, a fim de preservar a confidencialidade das informações geradas, proteger os sujeitos contra qualquer espécie de danos e garantir a privacidade da pesquisa. (PORTELA, 2004, p. 5)

Lewgoy e Silveira (2007, p.236) nos indicam que:

Planejar significa organizar, dar clareza e precisão à própria ação; transformar a realidade numa direção escolhida; agir racionalmente e

intencionalmente; explicitar os fundamentos e realizar um conjunto orgânico de ações.

Por essa razão a pesquisa se fez necessária para a organização de ações a serem tomadas para a conclusão deste trabalho, bem como a possibilidade da escola em conhecer suas fragilidades ou habilidades em trabalhar com as turmas de CDIS e a possibilidade de fazer diferença na vida destes alunos que buscam a superação de algumas de suas dificuldades cognitivas ou a falta de oportunidade em avançar com seus estudos.

Os objetivos da entrevista foram: conhecer a realidade da escola, as dificuldades encontradas pelos profissionais de educação e os principais obstáculos a serem vencidos pelos discentes no que diz respeito à avaliação institucional e as turmas de CDIS. Visando dar prosseguimento no processo e construção interventiva do Projeto Político Pedagógico da escola. Antes de iniciar o procedimento de entrevista, foi organizado o espaço/local onde a mesma ocorreu; tomou-se o devido cuidado com o sigilo do momento (fechar a porta, por exemplo). Foi usado um gravador para registro da entrevista e a mesma foi transcrita posteriormente na íntegra.

Foi um encontro entre duas ou mais pessoas, a fim de que uma delas obtivesse informações a respeito do trabalho, realizações e problemas enfrentados ao longo do ano, determinando o assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

A entrevista foi estruturada por um roteiro previamente estabelecido pelo entrevistador.

Com esse olhar amplo em torno da Avaliação Institucional, o compromisso com a metodologia se fez presente sobre a reflexão dos procedimentos adotados na relação de gestão-pedagógica, mas também, como interagiu entre os demais segmentos da escola. A reflexão desses procedimentos possibilitou novas informações a fim de imaginar uma gestão pedagógica sempre em construção superando as limitações que a impediram no avanço de valorizar as transformações sociais e educacionais.

Para a construção dos dados, foram utilizados alguns instrumentos: diário de bordo da pesquisadora e as entrevistas. O diário de bordo se deu da organização dos registros colhidos no decorrer das observações realizadas na sala dos professores durante momentos de coordenações coletivas, em reuniões

pedagógicas com a direção da escola e momentos de formação em serviços dos professores das classes de CDIS e foi utilizado com o conhecimento e consentimento de todos os envolvidos na pesquisa. A entrevista foi elaborada com embasamento nos conhecimentos teóricos estudados e mediante as dúvidas na qual a pesquisadora desejava reconhecer e foi aplicada aos profissionais da educação (três coordenadoras, duas professoras regentes da CDIS, a diretora e sua vice, além de uma supervisora pedagógica).

Nesse caso, a metodologia apontou para os seguintes aspectos: o primeiro a considerar foi à observação do contexto avaliador, seus pressupostos, seus conhecimentos e suas relações com o contexto escolar. Perceber que não existia um segmento com mais privilégio que o outro, qualquer observação que se fizesse seria sempre relativa, porque tudo muda a todo o momento e não se tem poder ou controle sobre isso. Portanto, o trabalho de pesquisa foi livre de intervenções pessoais da pesquisadora.

O segundo aspecto a ter atenção foi reconhecer a inconstância dos sistemas educacionais devido a sua implantação em situações tão complexas e múltiplas como é o contexto de uma instituição escolar. O trabalho de conhecer os procedimentos de Avaliação Institucional no contexto escolar incluiu o desafio de não problematizar mais o que já está exposto. Assim, mesmo que os esclarecimentos tenham sido convincentes, nunca serão esgotados, porque sempre haverá insatisfações, perguntas, respostas e o desejo de compreender o mundo em que se está inserido.

Refletir é problematizar. Problematizar é refletir. Então avaliar é problematizar para se refletir. Para que isso fosse possível, o importante foi caminhar por entre as veredas dos Quatro Pilares da Educação: pensar e sentir; aprender e fazer, ensinar e conhecer para agir. Esse paradigma é um tracejado que, ao mesmo tempo em que estimula para os enfrentamentos cotidianos, sinalizando um eixo, uma direção, do mesmo modo ameaça, desde as teorias entremeadas de ideias, conceitos, conjecturas até o conhecimento transmitido e adquirido ao longo da vida, por ser objetivo e “subjetivo” ao mesmo tempo.

E, o último aspecto, é a possibilidade de realizar este trabalho de Avaliação Institucional de forma contextualizada e planejada para fazer uma Avaliação Institucional considerando os aspectos apresentados, constituindo um planejamento estratégico – executar ações em blocos, com autonomia e instrumentos

compartilhados. Essas ações estão encadeadas formando uma “equipe interdisciplinar” com atividades diferenciadas que desmembram e contextualizam o tema em voga.

A metodologia deste trabalho de avaliação se propôs a resgatar os aspectos descritos acima, fazendo com que se execute esse processo em etapas, adotando alguns instrumentos que são imprescindíveis para sua consecução, criando suas próprias regras e critérios, isto é, procurando ter autonomia na organização e ordenação das ações. Estas foram de caráter qualitativo e quantitativo, compreendendo a realidade, indo além da descrição do contexto e identificando impressões, sentimentos e motivações, que circulam na escola e o que realmente foi importante para a solução dos problemas de relacionamento pedagógico.

A justificativa para que o pesquisador mantenha um contato estreito e direto com a situação onde os fenômenos ocorrem naturalmente é a de que estes são muito influenciados pelo seu contexto. Sendo assim, as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entendê-lo. Da mesma forma que as pessoas, os gestos e as palavras estudadas devem ser sempre referenciados ao contexto onde aparecem. (Lüdke e André, p.89,1986).

3. Análise dos Dados

Com as observações feitas ao longo do ano de 2012, quando a pesquisa se iniciou, analisando as anotações do diário de bordo da pesquisadora, as respostas dadas pelos professores regentes, dos coordenadores e da equipe gestora da instituição que participou da pesquisa por meio das entrevistas, pode-se concluir que o Projeto Distorção Idade Série tem oferecido aos alunos uma oportunidade significativa para que todos possam concluir seus estudos, além de demonstrar a eficiência do projeto.

“Quando a escola se envolve verdadeiramente com seus aprendizes e aprendentes conseguimos uma educação efetiva e eficaz. Avaliar e ser avaliado é um exercício diário”. (Coordenadora V, *sic*)

O programa das CDIS oportuniza aos alunos com histórico de reprovação ou fora de faixa etária uma possibilidade de recuperação da sua autoestima e de seu desenvolvimento cognitivo. Envolvendo aprendizes e aprendentes em um momento de doação e perspectivas de um futuro mais justo e eficiente, onde se respeita as individualidades e as potencialidades de cada indivíduo.

Pode-se constatar a seriedade dos profissionais envolvidos no projeto ao longo de todo o trabalho e no desenvolvimento de suas atividades docentes. Nas duas turmas os professores se dedicavam e se esmeravam na capacitação individual e coletiva diariamente. Participaram do curso de capacitação oferecido pela Secretaria de Educação, ofereciam aos alunos, uma vez por semana durante duas horas, aula de reforço em horário contrário, faziam o reagrupamento interclasse e fizeram intervenções importantes com outros segmentos da escola como SOE, SEAA. e Conselho Tutelar, que, unindo forças e recursos, oportunizaram aos alunos de CDIS um atendimento eficiente. Aplicando assim, alguns dos objetivos propostos pelo programa.

Depois que recebemos a nota do IDEB, fizemos questão de divulgar pelos quatro cantos da escola o resultado alcançado. Depois, estrategicamente, marcamos reuniões com o grupo de professores para juntos comemorarmos nossa progressão e traçarmos novas estratégias de trabalho. (Assistente pedagógico)

Os objetivos propostos pela pesquisa estavam o tempo todo em análise, avaliação e reavaliação.

Mesmo não podendo participar da Provinha Brasil; procurei reproduzir a prova e apliquei na minha turma. Depois levei meus alunos a refletirem o seu resultado e o resultado da nossa turma com as demais. Procurei também trabalhar as habilidades ainda não demonstradas pelos meus alunos ao longo do bimestre (Professora I).

Em vários momentos da observação pode-se constatar a preocupação dos professores dessas classes em dividir seus anseios e conquistas com o grupo docente da escola. Cobravam a efetiva participação dos coordenadores e equipe diretiva para que juntos alcançassem o sucesso desejado. Em reuniões coletivas participavam ao grupo seus anseios, dificuldades e conquistas para que juntos refletissem a prática. Nos conselhos de classe faziam os encaminhamentos de alunos chamando outros profissionais para a responsabilidade de se educar. Hoje é

possível perceber que apesar de todo o esforço que o grupo teve ao longo da pesquisa muito ainda pode ser feito.

Às vezes me sinto sozinha! Parece que apenas EU tenho a responsabilidade de fazer meus alunos aprenderem. Encontro pais, colegas e até mesmo meus alunos dizendo que serão aprovados no final do ano, sabendo ou não os conteúdos. Basta vir para a escola, não faltar e tudo se resolve. (Desabafo da professora T no conselho de classe)

Sugerir formas de realizar a avaliação institucional em cada segmento para que os atores possam ser motivados e ativos na realização.

Os Coordenadores eram requisitados o tempo todo para auxiliar no processo avaliativo dos alunos nas classes de CDIS, tanto para a promoção, quanto para a formação de grupos e integração entre turmas. Deixo aqui a fala de uma da coordenadora desta Instituição:

Se houvesse um coordenador exclusivo para atender às turmas, o trabalho seria mais eficiente e efetivo. Muitas foram às vezes que nos foi solicitada ajuda e devido o cotidiano conturbado da escola, a grande demanda de outras turmas e outros afazeres, deixávamos as turmas de CDIS para segundo plano. Como coordenadora sinto que muito mais deveria ter sido feito pelos alunos e professores. Além de perceber que durante raras ocasiões o tema Avaliação institucional foi abordado. Temos muito que aprender! Coordenadora S

Sobre avaliação a Professora diz:

Parece óbvio a resposta, mas pra mim, avaliar é o meio de se obter uma resposta do trabalho desenvolvido dentro de uma instituição, considerando todos os aspectos. Com a avaliação posso conhecer as dificuldades de meus alunos e as suas conquistas. Professora I

Analisar e propor sugestões sobre o que fazer com os resultados da avaliação a fim de reorganizar as ações pedagógicas.

Durante os conselhos de classe e nas coordenações individuais foi possível observar e analisar a prática dos professores. Estavam o tempo todo envolvidos com o crescimento de suas turmas e tentavam desesperadamente chamar a atenção de coordenadores e equipe diretiva para os problemas e a busca de soluções. Mais uma vez se constatou que ao longo do ano os coordenadores não desempenharam o papel de auxiliares com eficiência. Cobraram constantemente de professores e alunos uma evolução cognitiva muito mais focados nas burocracias e dados que eram obrigados a enviar para a Regional de Ensino do que propriamente com os alunos e seu crescimento pessoal. Deixaram a cargo do professor a árdua tarefa de

pensar e refletir sobre sua turma, nos dando o direito de cobrar evoluções e participando ativamente deste processo de forma medíocre e leviana.

Apesar de termos duas vezes por ano a avaliação institucional e de vez ou outra reavaliarmos o PPP da escola, não me sinto pertencente nem tão pouco atendida pela escola. Sinto-me intrusa. Analisamos os resultados hoje, mas depois nos esquecemos de tudo e continuamos com o mesmo erro. Professora T

Conhecer as estratégias de formação das classes de CDIS bem como as orientações para o desenvolvimento anual destes alunos e professores

O supervisor pedagógico a princípio estruturou as turmas de CDIS e participou de reuniões que o amparavam legalmente para a missão de selecionar os alunos que iriam compor as turmas. Os professores da classe de CDIS participaram do curso de formação ao longo do ano, apesar das dificuldades. Enfrentaram os obstáculos e desafios propostos e mais uma vez demonstraram que o sucesso estava em suas mãos. Nenhum dos coordenadores participou dessa formação e, por várias vezes, foram interpelados pelos professores regentes da classe de CDIS sobre questões que não tinham respostas. Percebe-se nesse ponto que os coordenadores não se envolveram devidamente com a realidade dessas turmas. Refletiu-se mais uma vez sobre a necessidade de se ter um coordenador exclusivo para as turmas de CDIS e sobre a necessidade de se fazer uma formação continuada para que juntos, coordenadores e professores, entendam e atuem efetivamente em tais turmas.

Apesar de todo o esforço que fizemos ao longo do ano, sinto-me negligente com os professores e os alunos. Sei que muito mais poderia ter sido feito, mas não consegui fazer uma coordenação efetiva. Parece que nada surte o devido efeito. (Desabafo do coordenador V na sala dos professores)

Acompanhar a evolução dos alunos das classes de DIS bem como a influência das avaliações institucionais para a qualidade e eficiência deste ensino

O acompanhamento deve ser efetivo! Acolher verdadeiramente esses alunos e professores. Esse é o papel do coordenador. Não foi possível desempenhar devidamente esse papel e acredita-se que essa reflexão pessoal já é em si só o início de uma mudança. Pois tal inquietude que corroeu a pesquisadora ao longo deste trabalho fez desejar mudanças de postura para um novo ano. O professor mais uma vez se sobrecarregou com o processo. A intervenção dos coordenadores,

da equipe de orientação, do serviço especializado de aprendizagem e até da equipe gestora só foi efetiva quando o professor regente solicitou. Não há envolvimento eficaz desses segmentos pela prática diária. Se o professor não insistir em envolvê-los em sua rotina, acabam se envolvendo com outros afazeres e quando percebem, já estão no final de um processo sem ao menos conhecer os envolvidos.

Segundo Torres (2004, p. 38):

Não apenas para as crianças provenientes de famílias pobres, mas para todas as crianças, a alfabetização deveria ser considerada uma meta não da primeira série, mas pelo menos, das quatro primeiras séries do ensino fundamental.

Essa prática foi evidenciada por mim ao longo das observações feitas. A oportunidade dada por esse programa e pelos professores envolvidos com as classes de CDIS demonstra a grandeza que é o ato de se alfabetizar. Oportunizar aos alunos o experimentar fazer, fazendo. Os alunos chegaram com um processo de alfabetização falho, cheio de lacunas e com cicatrizes que pareciam não ser possível remover. Mas a dedicação dos profissionais, a persistência dos alunos e a participação de familiares e de outros profissionais da educação, fizeram possível a progressão e promoção desses alunos, levando-os à superação de uma etapa.

Segundo Arroyo (2011 p.56):

Há uma abordagem sobre o “currículo e os sujeitos da ação educativa”, os educandos e os educadores, ressaltando a importância do trabalho coletivo dos profissionais da Educação para a construção de parâmetros de sua ação profissional.

Os objetivos gerais do projeto remetem aos educadores uma obrigação de coletividade que não se pode negar e nem tão pouco omitir. Ao unir forças e recursos as dificuldades são transformadas em oportunidades de mudança. Observando ações, refletindo a prática e acompanhando a evolução dos alunos, os profissionais de educação são capazes de crescer e perceber de forma clara o crescimento dos discentes. Envolvendo todos os segmentos da escola, a família desses alunos e pensando projetos que restaurem a autoestima deles, além do resgate da autoconfiança, pode-se educar para a vida.

A avaliação deve acontecer a qualquer tempo no processo de aprendizagem e de ensino. Acompanhando o calendário anual de desenvolvimento da turma anexo será possível observar essa constatação. No caso das turmas de correção da

distorção idade/série, é preciso considerar que os estudantes, muitas vezes, trazem consigo uma história de fracasso. Esse fato aumenta as possibilidades de os estudantes compreenderem a avaliação de forma negativa e não como propulsora das aprendizagens. Por isso, entende-se que é necessária uma parceria dos sujeitos envolvidos no trabalho escolar para se refletir sobre o uso que se tem feito da avaliação a fim de construir alternativas para avaliar as aprendizagens desses estudantes no sentido de potencializá-las.

Depois de ver os índices da minha turma em relação à escola e comparando os resultados do CAIC em relação a outras escolas da rede, algo em mim mudou! Percebi que o meu trabalho pode influenciar e ser influenciado por toda a escola. E que o fracasso de meus alunos refletem o meu próprio fracasso. (Professora T)

Dentre as reflexões possíveis está a questão dos instrumentos que são utilizados para avaliar. Hadji (2001, p. 20) diz que é “a intenção dominante do avaliador que torna a avaliação formativa”. Desse modo, mais importante do que o instrumento utilizado para avaliar é o uso que se faz de seus resultados. Avaliar de forma a favorecer o processo formativo dos estudantes passa, assim, a ser uma possibilidade acessível a todos os professores e envolvidos direta e indiretamente com educação que compreendem sua condição de auxiliar os estudantes.

Pode-se, enfim, afirmar que a visão dessa escola hoje é melhor e mais real. Apesar de todos os erros cometidos ao longo desta pesquisa, constatou-se também que algumas reflexões não nos deixaram permanecer no erro. Estamos construindo uma identidade para a escola, envolvendo outros profissionais além de professores regentes na solução de problemas, resgatando a autoestima dos alunos e repensando novas formas de trabalhar, avaliar e recriar a prática escolar.

Os resultados do IDEB e da Provinha Brasil, fizeram uma revolução na escola. Estamos todos preocupados com a melhoria desses índices e claro da qualidade do nosso ensino. Depois que estes índices foram divulgados tive uma visão geral da escola. Professora I

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados por meio de leis complementares.

Como cidadãos todos nós devemos refletir sobre a relação entre as políticas públicas, as políticas educacionais e a gestão pedagógica. Os profissionais da educação devem reinventar o pedagógico, pensar sobre a escola como um espaço político que contribuirá para uma educação de qualidade e a adequação das normas vigentes dentro da escola e para a comunidade especificamente.

Políticas Públicas são diretrizes tomadas, por um governo, que visam à resolução de problemas ligados à sociedade como um todo, engloba saúde, educação, segurança e tudo mais que se refere ao bem-estar do povo; e Políticas Públicas Educacionais seriam ESCOLA PARA TODOS e em todos os níveis uma escola de qualidade que todo cidadão teria acesso. Esse é o grande desafio. Por esta razão em 2011 surge o programa de Distorção Idade e Série, buscando a recuperação de todos os alunos da rede pública de ensino em um pequeno espaço de tempo.

Dentre as reflexões possíveis está a questão dos instrumentos que são utilizados para avaliar. Hadji (2001, p. 20) diz que:

“É a intenção dominante do avaliador que torna a avaliação formativa”.

Desse modo, mais importante do que o instrumento utilizado para avaliar é o uso que se faz de seus resultados. Avaliar de forma a favorecer o processo formativo dos estudantes passa, assim, a ser uma possibilidade acessível a todos os professores que compreendem sua condição de auxiliar os estudantes. Acompanharemos aqui a evolução das turmas de CDIS ao longo da pesquisa.

Todos os dados aqui contidos foram obtidos na secretaria da escola através do diário de classe, no livro ata do conselho de classe e nos registros da pesquisadora.

A Professora Villas Boas (2011 p.15) afirma:

Tanto a avaliação formal quanto a informal são importantes, devendo ser empregadas no momento certo e de maneira adequada. Precisamos

avançar nosso entendimento sobre cada uma delas, a forma de desenvolvê-las, assim como precisamos saber articular os resultados obtidos por ambas. A relevância da utilização das duas está no fato de que o aluno demonstra sua aprendizagem em forma de diversas linguagens: escrita, oral, gráfica, estética, corporal etc. A avaliação formal é insuficiente para abranger todos os estilos de aprendizagem. A informal pode complementá-la.

GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DAS TURMAS DE CDIS

FIGURA1

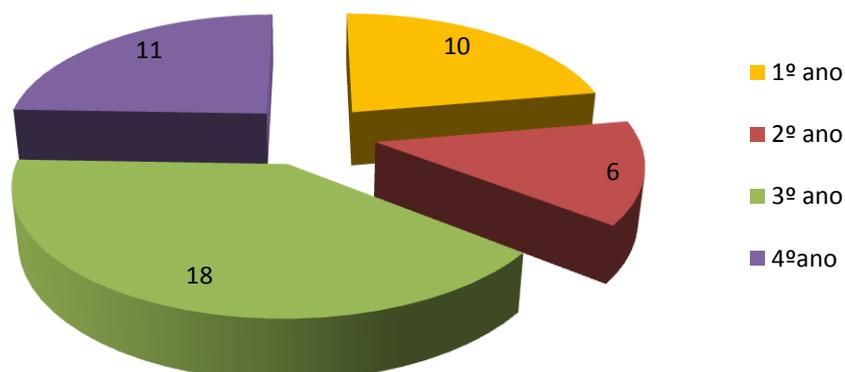


Para pertencer a uma classe de CDIS o aluno deve ter um histórico de reprovação na série/ano ou estar com idade superior a dois anos em relação à idade certa. Conforme Estratégias Pedagógicas para Correção da Distorção Idade e Série de 2011.

Durante os meses de outubro e novembro de 2011, participei de um curso de formação oferecido pela secretaria para conhecer as normas e estratégias para seleção e montagem das turmas de CDIS para o ano de 2012. Supervisora pedagógica.

FIGURA 2

Número total de alunos nas classes de CDIS

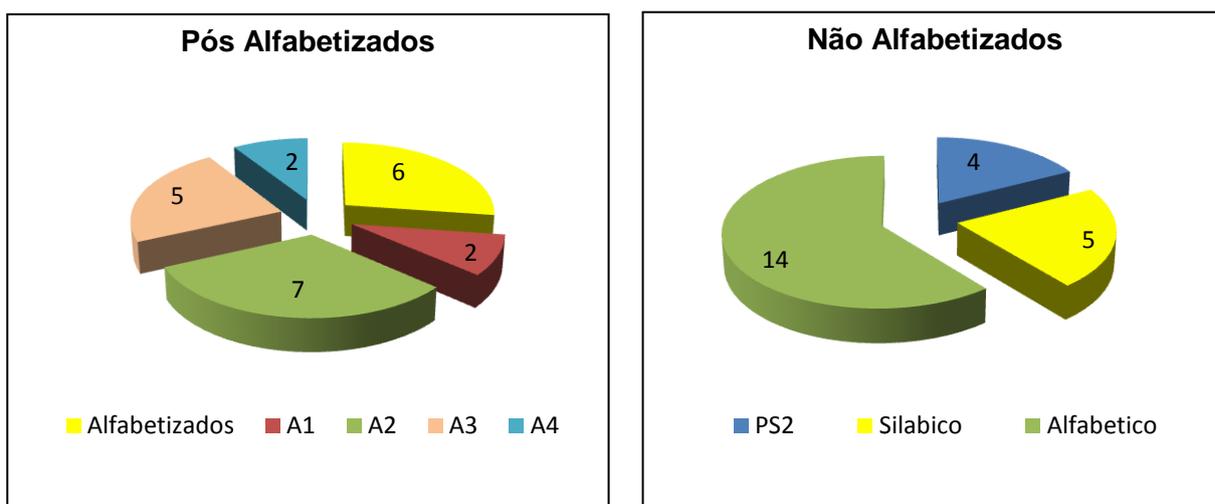


Todos os alunos estão com pelo menos dois anos de defasagem, alguns abandonaram os estudos (4), alguns não frequentavam as aulas no ano anterior (2) e a maioria está retido na série/ano por dois anos consecutivos (39). Após testagem de leitura, interpretação, escrita e raciocínio lógico matemático todos os alunos foram enturmados de acordo com os resultados obtidos.

Depois que o nome de todos os alunos foram levantados na secretaria, partimos então para a convocação dos pais ou responsáveis para efetivar a matrícula destes na CDIS. Diretora

De acordo com o teste da psicogênese duas turmas foram formadas. Uma turma com alunos ainda não alfabetizados e outra com os alunos já alfabetizados.

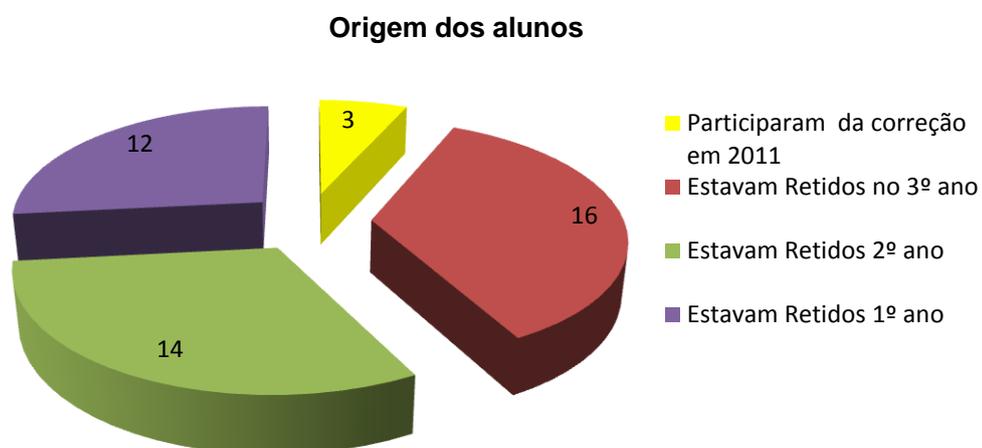
FIGURA 3



Todos os alunos aqui testados apresentaram disfunções na leitura, escrita, interpretação e resolução de problemas. Dificuldades com o registro de cálculos matemáticos e com a ideia de conservação. Problemas de autoestima, frequência e acompanhamento familiar.

As coordenadoras ficaram com a obrigação de testar e selecionar os alunos em alfabetizados e não alfabetizados. Só então fizemos a enturmação. Supervisor Pedagógico.

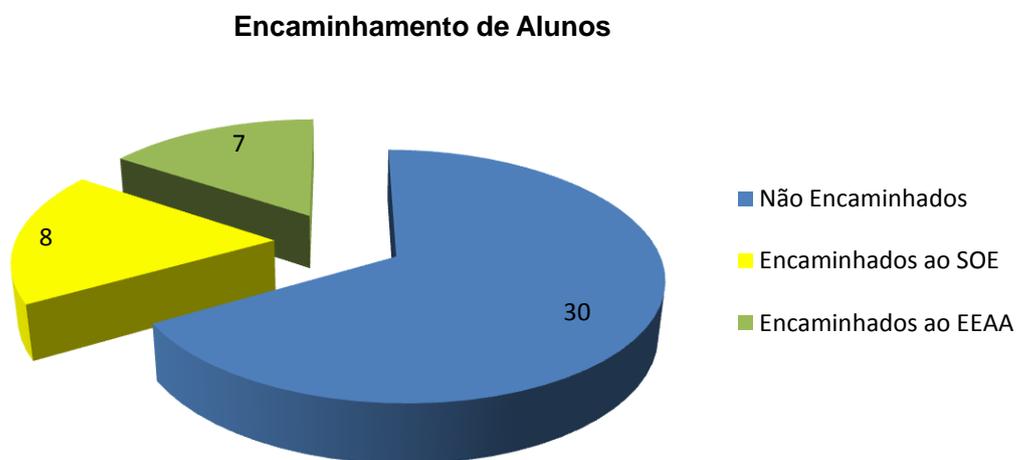
FIGURA 4



Dezessete alunos já eram da instituição escolar e tiveram problemas de infrequência em anos anteriores e/ou abandonaram os estudos. Vinte e oito vieram de outros estados, alguns sem documentação oficial das escolas anteriores. Todos foram matriculados com a intervenção do conselho escolar local.

Como temos em nossas proximidades um albergue, encontramos dificuldades em manter estes alunos ao longo do ano em nossa escola. Alguns frequentam as aulas durante um semestre e abandonam. Na maioria das vezes nem pedem a transferência. Apenas abandonam os estudos. Diretora.

FIGURA 5

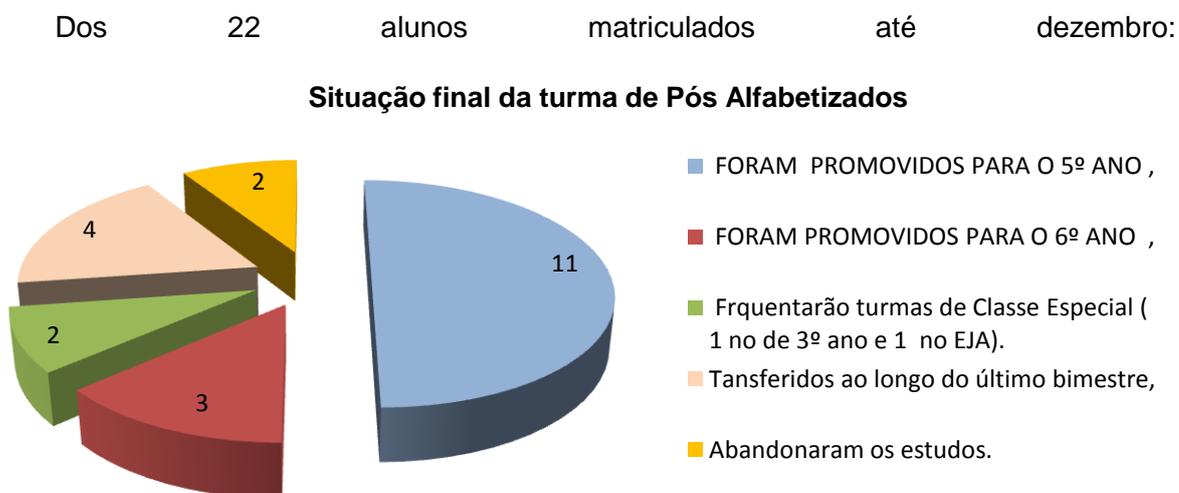


Dos 45 alunos matriculados nas classes de CDIS, alguns (15) já tinham encaminhamentos para o Serviço de Orientação Escolar e/ou Serviço de Atendimento Especializado em Educação feitos pelos professores de anos anteriores e que por razões adversas (infrequência dos alunos ou ausência dos pais para assinarem os encaminhamentos) ainda não haviam sido atendidos:

Villas Boas, (2001p. 18) Resume:

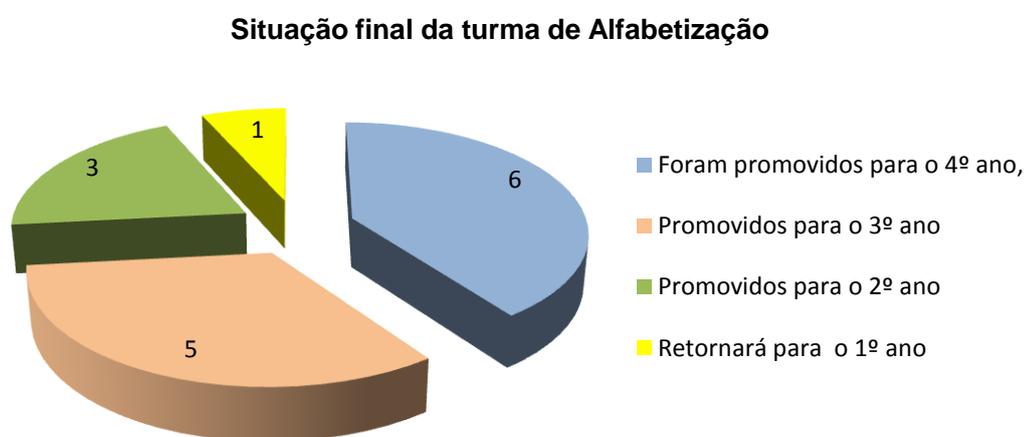
Avaliação é aquela que promove o desenvolvimento não só do aluno, mas, também, do professor e da escola. Admitindo-se que a escola realiza trabalho pedagógico e não simplesmente processo ensino-aprendizagem, em que apenas o professor ensina e apenas o aluno aprende, torna-se fácil compreender a necessidade de ampliação do conceito de avaliação formativa, estendendo-a a todos os sujeitos envolvidos e a todas as dimensões do trabalho. Segundo essa perspectiva, abandona-se a avaliação unilateral (pela qual somente o aluno é avaliado e apenas pelo professor), classificatória, punitiva e excludente, porque a avaliação pretendida compromete-se com aprendizagem e o sucesso de todos os alunos. Para que isso aconteça, é necessário que todos os educadores que atuam na escola se desenvolvam profissionalmente. O sucesso do seu trabalho conduz ao sucesso do aluno. Toda a escola participa desse ambiente de aprendizagem e desenvolvimento. Portanto, todas as dimensões do trabalho escolar são avaliadas, para que se identifiquem os aspectos que necessitam de melhoria.

FIGURA 6



No final do ano letivo constatamos a progressão destes alunos, a autoestima elevada e a grata satisfação de perceber que estes alunos abraçaram a oportunidade que lhes foi dada. Os alunos promovidos se encontram em nível idade/serie sem prejuízo de conteúdos. Tendo em vista que a adaptação curricular foi cumprida. Os alunos diagnosticados estarão inseridos nas classes especiais em 2013 e permaneceram com atendimento da Equipe desta escola.

FIGURA 7



Dos 15 alunos matriculados na turma de alfabetização até dezembro.

A alfabetização foi concluída para onze alunos e estes tiveram sua enturmação na idade/serie correta. Três alunos ainda estão em defasagem, porém encontram-se alfabetizados e hábitos para uma nova fase escolar. Um aluno não teve progressão e continua sendo atendido pela Equipe para fechamento de laudo.

Depois de todas estas estratégias adotadas com as turmas de CDIS a escola encontrou os argumentos necessários para conquistar as estratégias de reforço escolar, reagrupamento e vivência por todos os professores da escola. Já que até aqui os professores se achavam no direito de aderir ou não estas estratégias em sala de aula. Diretora

Mudança no conselho de classe, nas reuniões avaliativas e nas estratégias para se reestruturar o PPP da instituição foram feitas para o ano de 2013. Pois foi possível acompanhar o crescimento dos alunos e professores ao longo de todo o ano letivo. Vice- diretora.

A preocupação principal da escola agora é mostrar os avanços conquistados por cada aluno da escola. As dificuldades de cada um são analisadas, não compartilhadas. Todos os segmentos da escola precisam se envolver com os problemas e dar sugestões para resolvê-los. A equipe diretiva também irá destinar um coordenador específico para as turmas de CDIS, caso a escola tenha estas turmas em anos posteriores. Supervisora pedagógica.

A escola pesquisada apresentou sugestões avaliativas no seu Projeto Político Pedagógico para que algumas ações fossem modificadas pela escola para o ano letivo de 2013. São elas:

Avaliação Institucional: Professores, servidores, profissionais de educação, equipe gestora e pais se reunirão duas vezes por ano durante o processo de avaliação institucional constante no calendário anual da SEDF acrescentando os alunos de 4º e 5º ano para juntos discutirem os avanços obtidos pela escola, os ajustes a serem feitos, a busca de soluções para problemas eminentes dentro da escola, reflexão das ações e estratégias de trabalho, além do envolvimento de todos que direta ou indiretamente fazem parte da educação. Irão convidar os parceiros da escola (Universidade Católica, SESC e Universidade do Planalto).

Conselho de Classe: Além das reuniões semestrais o grupo de gestores e docentes se reunirá bimestralmente para os conselhos de classe. Contando também com a participação da orientadora educacional (SOE), dos profissionais da equipe de apoio à educação (SEAA) e da professora da sala de recursos (quando se trata de turmas inclusivas). Além dos coordenadores, que juntos buscaram estratégias que viabilizem e facilitem a aprendizagem dos alunos.

Provinha CAIC: Professores e coordenadores se reunirão para reavaliar esta estratégia.

Formação Continuada: O grupo docente acredita que devem dar continuidade aos encontros quinzenais para estudo de caso, estudos dirigidos e avaliação dos projetos desenvolvidos.

Coordenação Pedagógica: Quinzenalmente professores, coordenadores e apoio pedagógico se reunirão para juntos elaborarem o plano de ação; Porém a equipe diretiva percebeu que deverá ser mais rigorosa com a participação de todos os professores nestes encontros não aceitando negociações nestes dias. Será criada uma agenda bimestral para que todos os funcionários participem.

Oficina de pais: Serão mantidas as reuniões bimestrais com os profissionais do SOE e SEEA ou convidados de fora para discutirem com pais e responsáveis assuntos como: drogas, agressividade, bullying escolar, aprendizagem, etc.

REFERÊNCIAS

- _____. **DISTRITO FEDERAL - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica.** Brasília, 2008.
- ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A CORREÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE E SÉRIE;** Brasília-2011; SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.
- FREITAS**, Luiz Carlos, **SARDI**, Maria Regina Lemes de, **MALASVI**, Maria Márcia Sigrist, **FREITAS**, Helena Costa Lopes de. ET AL. **Avaliação Educacional.**
- LIÇÕES DE AVALIAÇÃO-AS AVALIAÇÕES EXTERNAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA ARTICULAÇÃO COM A AVALIAÇÃO PRATICADA NA ESCOLA GRUPO DE ESTUDOS E PÊSQUISA EM AVALIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO - GEMPA
Universidade de Brasília - Número 3 – maio de 2009.
- PARO**, V. H. Qualidade de ensino e a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.
- SEEDF - Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal - 2009.**
- SOUSA, Sandra M. Zákia L. Avaliação Institucional: elementos para discussão. Palestra realizada pela autora no Seminário "O ensino municipal e a educação brasileira", promovido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 04/08/1999.
- TORRES. Rosa Maria. **Repetência Escola: Falha do aluno ou Falha do Sistema?** In: GIL. Carlos Hernandez. MARCHESI. Álvaro (org.). Fracasso Escolar Uma Perspectiva Multicultural. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- THURLER, Monica G. A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. 1994. p. 203-224. Tradução de Luciano Lopreto; revisão técnica da tradução de Maria José do Amaral Peneira.
- VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas – **Virando a escola do avesso por meio da avaliação** – Campinas, SP: Papirus 2009. – Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.
- VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas – **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico** – Campinas, SP: Papirus 2010. – Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.
- VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas; SOARES, Silvia Lúcia – **Pedagogia, Bases Pedagógicas do Trabalho escolar.** Módulos I.
- VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas; SOARES, Silva Lúcia – **Pedagogia, Bases Pedagógicas do Trabalho escolar.** 2009, Módulos IV.
- ZAKIA S. C. T.; José Sérgio Antunes Sette. **Sala ambiente avaliação escolar..**
[www.http://portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)

APÊNDICE

Roteiro da Entrevista

Estimada professora, esta entrevista é parte integrante da pesquisa sobre, AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: AVANÇOS E ENTRAVES DAS CLASSES DE DISTORÇÃO IDADE/SERIE;

Desde já agradeço sua compreensão e participação.

PERFIL E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

Tempo de docência:

Tempo de experiência com as turmas de CDIS:

QUESTÕES

- 1- O que você entende por Avaliação Institucional?
- 2- Para que serve a Avaliação Institucional?
- 3- Os resultados da Provinha Brasil contribuíram para melhoria da qualidade do ensino na sua escola?
- 4- A sua escola realiza uma análise acerca dos resultados do IDEB?
- 5- Como a sua escola busca melhorar os índices do IDEB?
- 6- Se a sua escola realiza um trabalho levando em consideração os índices do IDEB, esse trabalho surte efeito na aprendizagem dos alunos? Quais os meios para que isso ocorra?
- 7- Os resultados do IDEB da sua escola são importantes subsídios para a melhoria da qualidade do ensino nas turmas de CDIS?

8- Ao trabalhar com uma turma de CDIS que não fará a Provinha Brasil, de que forma você utiliza essa avaliação para análise e busca de estratégias que melhorem o seu desempenho em sala de aula?

9- Os resultados do IDEB de 2012 da sua escola desencadearam alguma modificação no Projeto Político Pedagógico ou no Plano de Ação para o ano de 2013?

10- Como você percebe o envolvimento e preocupação da escola com as turmas de CDIS?

11- Quais seriam as suas observações para que o trabalho das classes de CDIS fosse mais eficiente e eficaz?

12- O conselho de classe das turmas de CDIS tem oportunizado a melhoria do atendimento dos seus alunos bem como a evolução dos mesmos?

13- Você percebe a preocupação eminente da escola com as turmas de CDIS na construção do PPP de sua escola?

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG n.º _____, declaro ter sido informado(a) pelo(a) pesquisador Thiago Marques Pereira a respeito dos riscos, benefícios e confidencialidade da entrevista e fornecida para a pesquisa intitulada: **“Avaliação Institucional: Avanços e Entraves das Classe de Distorção Idade/Série”**. Também participo voluntariamente ciente de que a publicação e divulgação dos resultados, por meio digital e/ou presencial, nas quais serão omitidas todas as informações que permitam identificar-me, contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e produção de conhecimento científico.

Taguatinga, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do participante

Esclarecimentos a respeito da pesquisa:

- ✓ Justificativas e objetivos.
- ✓ Descrição do método utilizado e métodos alternativos existentes.
- ✓ Desconfortos e riscos associados.
- ✓ Benefícios esperados (para o voluntário e comunidade).
- ✓ Garantia de confidencialidade das informações geradas e a privacidade da pesquisa.
- ✓ Participação voluntária e possibilidade de retirada do consentimento a qualquer tempo, sem prejuízo na relação com o pesquisador ou com a instituição.
- ✓ Conduta para sanar eventuais dúvidas acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa.
- ✓ Recebimento de cópia deste termo.

Contatos:

Pesquisador responsável: Khézia Pereira do Nascimento Bertolim
E-mail: khezia.bertolim@gmail.com / Telefone: (61) 91857485
Orientadora: Prof.^a Mestre Marilene Pinheiro Marinho